

Sustentação e reconhecimento

Up-holding and recognition

Emmanuel de Saint Aubert (Archives Husserl de Paris)

tradutores Rafael Basso e Lucas Bloc

Resumo

Este artigo é parte de um trabalho em andamento sobre a fenomenologia da sustentação (*portance*), uma noção no entrecruzamento da antropologia e da ontologia, com inúmeros desafios clínicos e éticos. As principais formas de sustentação associadas ao reconhecimento são consideradas aqui, através dos laços profundos que envolvem não apenas reconhecimento e ser sustentado, reconhecer e sustentar, mas também reconhecer e ser reconhecido. Como uma realização da dimensão perceptiva da inteligência, o reconhecimento se abre conjuntamente à existência e ao estilo do ser percebido, discerne e atesta sua singularidade, experimentando assim uma das três grandes qualidades ontológicas da sustentação.

Palavras-chave: Sustentação, reconhecimento, unicidade, vulnerabilidade, nascimento

Abstract

This lecture is part of a work in progress on the phenomenology of up-holding (*portance*), a notion at the crossroads of anthropology and ontology, with numerous clinical and ethical stakes. The main forms of up-holding associated with recognition are considered here, through the deep links between recognizing and being born(e), recognizing and carrying, but also recognizing and being recognized. As a fulfillment of the perceptive dimension of intelligence, recognition is open jointly to the existence and style of the perceived being, discerns and attests its uniqueness, thus experiencing one of the three great ontological qualities of up-holding.

Keywords: Up-holding, recognition, uniqueness, importance, vulnerability, birth

Publicado pela Sociedade Brasileira Psicopatologia Fenômeno-Estrutural (SBPFE)

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CC BY nc 4.0.

TRADUÇÃO



Psicopatol. Fenomenol. Contemp.
2024; vol 13 (1): 117-132

Published Online
30 de junho de 2024
<https://doi.org/10.37067/rpfc.v13i1.1156>

Emmanuel de Saint Aubert
CNRS, École Normale
Supérieure, Archives Husserl de
Paris

Este artigo é a tradução para o português da conferência “Portance et Reconnaissance” realizada no dia 21 de setembro de 2022 no V Colóquio Internacional sobre a Clínica Humanista-Fenomenológica, organizado pelo Laboratório APHETO, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza e do seguinte artigo: Saint-Aubert, E. de (2023). Portances de la reconnaissance. *dois pontos*;, 20(1), 188-197.
<http://dx.doi.org/10.5380/dp.v20i1.86979>

Tradução e revisão do francês para o português realizada por Rafael Basso (École Normale Supérieure) e Lucas Bloc (Universidade de Fortaleza)

Introdução

Este artigo é parte de um trabalho em andamento sobre a fenomenologia da sustentação (portance), uma noção que vem do entrecruzamento da antropologia e da ontologia, com inúmeros desafios clínicos e éticos. Meus textos publicados anteriormente sobre este assunto focalizam sair da vertigem. Eles associam a sustentação com uma solidez que nos é emprestada, com a consistência e a constância do que se mantém junto, com o que podemos confiar para encontrar uma base – e assim ser os capazes de nos levantar, nos orientar e avançar (cf. Saint Aubert, 2015, 2016, 2017a, 2017b, 2021, 2022). A sustentação não é apenas contenção, ela joga em uma dialética de envolvimento e desenvolvimento, de pregnância protetora e de nascimento libertador. Não se trata apenas de encontrar pontos de referência, muito menos de se agarrar a eles; não se trata apenas de fugir da indeterminação, muito menos de se prender ao determinado. Pois se a sustentação nos protege dos aspectos destrutivos da indeterminação, também nos liberta das determinações que nos sufocam. É também nos alargando, nos dilatando e nos colocando em mar aberto, que ela nos liberta da vertigem. Reabrindo-nos a um horizonte e convidando-nos a caminhar em uma relativa e boa indeterminação. Dito de outra forma, a sustentação não nos tira da vertigem: ela nos ensina a domá-la.

Quer queiramos ou não, estamos imersos no que está além de nós, a começar pelo espaço e pelo tempo. E nós temos que nascer e caminhar. O ser humano é um andarilho na corda bamba, que se apoia para se verticalizar, mas só pode ficar de pé orientando-se e avançando. Para se orientar, ele deve perceber – ver e tocar, ouvir e provar, sentir. Até discernir: até reconhecer. Não se pode domar a vertigem sem um mínimo de reconhecimento. Mas ser capaz de reconhecer pressupõe ser suficientemente sustentado... e pressupõe também, sem dúvida, ter sido reconhecido. De fato, existem laços ocultos entre o reconhecimento e o ser sustentado, mas também entre o nascer, o reconhecer e o ser reconhecido. Nossa capacidade de reconhecer depende em parte de um reconhecimento que recebemos, que é em si uma modalidade fundamental da sustentação que nos é dada.

As línguas do passado são muitas vezes ricas de uma antropologia do gesto que merece ser usada como base para nossos conceitos. Este é o caso do latim “suscipere”. Esse verbo tem a arte de significar tanto “tomar sob e apoiar, levantar,

elevar” e “reconhecer, acolher, adotar”; ou novamente, “engendrar, trazer ao mundo” e, no passivo, “vir ao mundo, nascer”. Muitas vezes com a ideia de que o que precisa ser apoiado e corroborado é frágil, mas também o que é novo (como o recém-nascido), e isto que se faz assim vai no sentido de (re)dar solidez, coesão, até mesmo identidade (reconhecer uma criança), em um acolhimento e reconhecimento que contribuem para a concepção. Com um gesto em particular, e este é o cume do uso desse verbo: levantar a criança que acaba de nascer para atestar que se reconhece como filho ou filha e que se compromete a criá-lo, a encarregar-se dele, até o ponto de assumir o controle. Este simples gesto une o sustentar e o reconhecer, reconhecer e continuar a gerar, mas também, em troca, ser reconhecido e nascer.

I. O reconhecimento

Mas o que é o reconhecimento? Não vou empreender aqui um “Percurso do Reconhecimento”, para usar o título Ricoeur, que explora todos os possíveis significados deste termo (Ricoeur, 2004). Vou até deixar de fora um dos significados mais comuns hoje: ‘reconhecimento social’ – ser reconhecido na profissão, pelo grupo social, reconhecimento como consideração e a autoestima que se segue. Não que isto não seja importante (é, e eu voltarei à “importância”), mas porque não me parece que seja primário. Todos nós conhecemos “adultos” que têm uma necessidade insaciável de reconhecimento social. Em alguns acadêmicos, por exemplo, se eles conseguiram ou não se tornar mandatários. Enquanto eles acreditam estar o mais longe possível da infância, tanto que pensam ter dominado tudo em linguagem, há no entanto uma criança gritando dentro deles, e que eles ignoram ativamente. Uma necessidade insaciável, porque o que poderia preencher esta falta não é precisamente este tipo de reconhecimento..., mas outro, menos “burguês”, mais existencial. Aquele sobre o qual vou tentar falar.

a) A acolhida ao único

Reconhecimento: o “re-” parece indicar repetição, e se referir ao passado, ao que já foi visto, ao que já é conhecido: reconhecer o que já se encontrou. O que quero dizer com “reconhecimento” não é, entretanto, uma atitude retrospectiva, nem a repetição dela. Ao contrário, é a descoberta e o atestado de singularidade, desde o inaugural e o incoativo, especialmente em um primeiro encontro, como o do recém-

nascido ao nascer. O que é reconhecido é, antes de tudo, a novidade e a singularidade deste ser, ou a singularidade de nosso vínculo com ele, ou do laço (único) destes seres (únicos). A identificação e a atestação do único, irreduzível ao que eu já sei.

Reconhecer, entre mil outros, um ser incomparável, insubstituível, sem fazer dele um estranho abandonado a um inacessível em outro lugar. Pelo reconhecimento lhe dar um lugar no meu campo de percepção, consente com uma situação comum e abre a possibilidade de um vínculo. Isto significa que já inicia um gesto de acolhida, se não de integração, contribuindo para libertar a outra pessoa da solidão e da vergonha. Essas primeiras direções de significado já são ricas em uma tensão característica do vínculo inter-humano, uma tensão dialética entre diferenciação e integração, que protege contra a fusão (é você, é realmente você e não outro, você e não eu), bem como contra a exclusão (você é um de nós).

b) Inteligência transcognitiva, gratidão transafectiva

O reconhecimento é uma atitude tipicamente inteligente e adaptativa, composta de acomodação (para poder diferenciar) e assimilação (para poder integrar). A inteligência não é exercida aqui como razão (o reconhecimento não requer raciocínio), nem como abstração (reconhecer o único é até mesmo a antítese da universalização da categorização), mas como julgamento ou discernimento, que está aberto à existência e ao estilo do outro. A inteligência é assim reabilitada em seus fundamentos perceptivos. “Como “experiência de uma existência”, “a percepção se abre para um “outro” (Merleau-Ponty, 1990, p. 212); leva ao reconhecimento de uma “expressão individual”, de uma “forma única de variar o acento do ser” (Merleau-Ponty, 1969, p. 84), e não ao conhecimento de uma essência universal. Cumprindo o poder de decência da percepção, o reconhecimento se abre para a surpresa do ser, para sua novidade radical e estilo inimitável. Para isso, a inteligência deve se livrar de suas representações, o que pode levar a um falso reconhecimento.

O reconhecimento também tem outro significado na língua francesa: gratidão. Não apenas, ou mesmo principalmente, o reconhecimento de sua existência, mas o reconhecimento pela sua existência. “Obrigado por existir”, como os suecos gostam de dizer. Esta atitude, na qual a inteligência é redobrada pelo coração, também traz consigo uma descentralização. Ela pode estar cheia de

emoções, mas não centrada no afeto. Ele devolve o que recebe, celebra a existência do outro além do que eu possa sentir sobre ele ou o que ele possa sentir sobre si mesmo. Este reconhecimento-gratidão pela existência do outro não é uma modalidade de empatia. Deve, por outro lado, estar na sua base, protegendo-o de suas possíveis ilusões e desvios, principalmente de seu preenchimento psicológico em projeções ou autorreparação.

c) Permitir ser

Estes dois significados – reconhecimento de sua existência, reconhecimento pela sua existência – são mais interdependentes do que se poderia pensar, o primeiro pressupondo o segundo, e o segundo induzindo muitas vezes o primeiro. Eles podem ser articulados in vivo, como no encontro com um ente amado, ou com um bebê recém-nascido. Ambos têm uma dinâmica transcognitiva e transfetiva que permite que o outro seja percebido além de minhas representações e afeta na eficácia do que ele ou ela é. O reconhecimento protege assim a outra pessoa de meus estados psicológicos e de seu caráter projetivo. Também contribui para colocar os outros de lado (ou mesmo libertá-los) dos efeitos e das representações (de si mesmos) que pesam sobre eles.

O reconhecimento, abaixo de toda preocupação, é uma atenção ao ser, levado por uma intencionalidade fundamental e perceptiva, uma pré-ocupação que despseudologiza todas as nossas preocupações, permitindo que elas sejam retiradas. E que, por sua vez, ajuda outros a fazê-lo. Precisamos depositar todas as preocupações. Precisamos abandonar tudo isso: todas as nossas determinações. Precisamos nos soltar deles, para sermos aliviados deles. Poder simplesmente ser, sem ter que fazer, ter, saber, ser capaz, ou mesmo ser isto ou aquilo. O reconhecimento autoriza os outros a serem, e pode ajudá-los em troca a autorizarem-se a serem, acima e além de todas as essências que os sobrecarregam, todos os falsos imperativos que pesam sobre eles.

II. O encontro com o ser único

O nascimento muitas vezes se conclui num gesto radical de sustentação: a criança humana não é tanto colocada para baixo como carregada, levantada, elevada. Apresentada, nomeada e celebrada... em sua singularidade. Para os

presentes, é também a ocasião para uma experiência paradigmática do encontro e do reconhecimento do ser único. Esta mesma experiência talvez seja também o paradigma de toda alegria. A alegria do nascimento, a exultação da ostentação. A alegria é muitas vezes o marcador de boa sustentação. É também o sinal de que a sustentação dada é redobrada por uma sustentação recebida. Pois ainda é necessário que aqueles que nos reconhecem experimentem a surpresa radical do ser, e recebam sua sustentação. O reconhecimento recebido (ser reconhecido como único) é uma sustentação dada (por aqueles que nos reconhecem), mas que só pode ser dada na medida em que é também uma sustentação recebida por aqueles que, reconhecendo-nos, recebem a sustentação do ser único.

a) A sustentação do ser único

O único, como eu o entendo aqui, vai além do fato de ser diferente de todos os outros. Seu reconhecimento vai além de uma simples operação de diferenciação; não é uma operação negativa (“A não é como B”), mas um atestado. Isso porque o único se manifesta como tal com a força e a positividade de uma forma pregnante, no sentido gestaltista. E seu reconhecimento é fruto de um discernimento que dispensa cálculos ou comparações: permitimos que surja uma figura que se distancia do fundo indeterminado que a suporta, e se destaca entre todas as outras, como uma obviedade. É claro, e esta clareza não precisa de distinções.

Essa pregnância do único é ainda mais forte quando se teve que suportar anteriormente a indeterminação ou a ausência, passar pela noite dos sentidos ou mesmo a noite do sentido. Poderíamos multiplicar os exemplos. Caminhar por vários dias em um deserto árido e encontrar uma árvore verde. Preparar e trabalhar a terra por muitos meses, na adversidade dos elementos, e colher um fruto. Ficar esperando nove meses por aquele que você não vê... e finalmente vê-lo ou vê-la. E isso é tão forte (gestação) que nos sustenta. Tanto mais que o ser único aparece precisamente como uma cristalização inesperada dentro da indeterminação, uma vitória improvável do não ser sobre o nada. Seu advento nos dá esperança, sua surpreendente surreição reflete sobre nós, revive nosso próprio nascimento, desperta nosso desejo de viver – nós mesmos somos uma vitória improvável da vida. O encontro com o ser único faz vibrar nossa própria singularidade. Mas essa singularidade deve ressoar em nós, e devemos ter sido reconhecidos como únicos – precisamos ser reconhecidos para que possamos reconhecer por sua vez. Ao aceitar

o ser único, aprendemos a nos aceitar como únicos, a nos aceitar juntos em uma sustentação comum. O reconhecimento do ser único é, portanto, a oportunidade para uma forma de conascimento.

Na sua clareza prenante, o ser único “salta aos olhos”. Mas sua força é ainda mais forte porque é paradoxalmente frágil, devido à própria singularidade deste ser: não pode ser substituído, não há “plano B”. Também por causa da situação muito singular em que ele surge – uma vitória inesperada sobre o nada, talvez efêmera, aliás, a ser vivida no presente, em uma temporalidade que nos escapa. Tanto que o ser único, reconhecido como tal, é muitas vezes chamado a prestar atenção a ele, a cuidar dele, a acarinhá-lo. Nós nos preocupamos com isso, nós lhe damos valor, peso. Às vezes até o ponto de amá-lo com um amor preferencial.

b) Ao mesmo tempo visível e invisível

No reconhecimento, o ser único se impõe a si mesmo sem ser uma realidade com a qual tenhamos chegado a um acordo. Reconhecemo-lo como tal antes de uma observação total, de um esgotamento de seu significado. O ser único sempre nos escapa em parte, o que reforça tanto sua força quanto sua fragilidade. Muitas vezes aparece como um ser em construção, tanto inacabado como inesgotável. Isso porque não pode ser reduzido ao já visível. Está cheio de possibilidades, uma promessa de futuro, e de um futuro que é, por si só, único. O único é ao mesmo tempo visível e invisível. Sua singularidade é discernida através e além do visível, na medida em que este visível dá testemunho do invisível, de um invisível que o expressa e que expressa, que o sustenta e do qual é predominante. “Grávida” em outro sentido que não a força da forma: no sentido da gestação, no sentido do fértil.

O encontro com o recém-nascido é de fato um encontro do visível – é mesmo a primeira vez que o vemos real e diretamente, sem ser através de um exame de ultrassom. Mas esse encontro foi preparado há muito tempo no invisível. No acolhimento silencioso de um ser misterioso, sobre o qual sabemos pouco ou nada. Sobre quem nada sabemos do que é mais importante: sua personalidade, seu rosto, seu modo de ser, seu estilo. Seu ser único. Vários meses de resistência da indeterminação, em uma expectativa que pode ser alegre, mas também cruzada com dúvidas, até mesmo brigas. Até a batalha final, a resistência final: o parto. Finalmente nós o vemos, nós a vemos. Mas é imediatamente a experiência que é o que vemos desta forma, e aqui, não se reduz ao visível. Não é. Nós o vemos, nós o tocamos... e

ainda assim ele está longe de ser um objeto, cujo significado nós dominamos. Este ser é tão grande quanto pequeno. Finalmente chegando à manifestação, finalmente se tornando acessível, ele nos escapa imediatamente, e nos ultrapassa radicalmente. O que se manifesta, o que assim se manifesta no visível, é pelo menos tanto o invisível quanto o visível. Todo ser humano que segura um recém-nascido nos braços pode ter a experiência existencial, uma experiência radical (que se pode ou não ter tido), que o que ele está segurando é um paradigma de mistério. Que torna, através deste visível, um encontro extraordinário com o invisível, pois este ser é uma tal prevalência de possibilidades. E é isto também que é único, são também estas possibilidades em si que são únicas e desenham sua singularidade.

Isso parece mais fácil de entender de um recém-nascido do que de uma pessoa que está morrendo. No entanto, quando você acompanha alguém que está morrendo, mesmo nas últimas horas de cuidados paliativos, você pode experimentar o encontro com o único. E mesmo no mais alto nível. A parte invisível se torna tão forte enquanto a parte visível se torna tão tênue (ele ou ela não fala mais, não se move mais, apenas uma respiração difícil, já pontuada por pausas anunciando a proximidade da morte). Mas é precisamente essa parte invisível que se tornou tão forte e transbordante, se ao menos podemos suportá-la, isso nos impulsiona a perceber melhor, a prestar mais atenção e a nos abrir a este invisível em si. É como se fôssemos convidados a não permanecer na superfície, a descer à singularidade desta existência. Para parar de ficar na superfície das aparências, aparências que conheço de cor (se for alguém próximo a mim) e que muitas vezes me fizeram esquecer o que é, único. Neste ser ainda vivo, toda uma história, sua história única, está lá, e ela está passando. Não apenas no passado: “passar” no sentido ativo de atravessar, mas de ainda sustentar o presente, de ainda levantar o que resta do futuro. E quando tudo é realizado, e este ser, nos falta, ele vai despovoar tudo para mim, a experiência do único sem dúvida atinge um pico.

c) Reconhecer o que faz corpo

Existe então apenas uma pessoa humana para ser “única” no sentido que quero dizer aqui? Um rosto? De uma perspectiva ética, levinasiana, talvez. De uma perspectiva ontológica, merleau-pontiana, baseada nos fundamentos (especificamente corporais e perceptivos) da relação, provavelmente não. O que é reconhecido, como já foi dito, pode ser não somente a novidade e a singularidade de

tal e tal ser, mas também a singularidade de nossa ligação com ele, ou do laço desses seres. Você. Nós. Eles. Há algo em você que é único... há algo entre você e eu, entre você e nós, que é único... há algo entre eles que é único... Eu reconheço e atesto isto. Para testemunhar uma aliança, um casamento, um conjunto que faz corpo, um corpo único.

É por isso que o mundo percebido também pode revelar-se único e objeto de um encontro, na medida em que, diante desta paisagem, nesta situação perceptiva, “todas estas coisas que existem juntas” são uma só. Uma coexistência única, a base do meu espanto. Um corpo único, esta “carne do mundo” aqui e agora, imerso nesta luz, nesta atmosfera, nesta profundidade, neste horizonte, neste silêncio. Imersos na indeterminação, e levados por ela. Aqui também estão a surpresa radical e a novidade de um ser único. Aqui também, o visível – um visível tão rico, tão pródigo – é uma testemunha e uma promessa do invisível que o sustenta.

Poder-se-ia então distinguir diferentes tipos de seres únicos – pessoa, relacionamento, mundo. No entanto, é sempre uma conexão que é discernida¹. Incluindo para uma pessoa: o que é único em você, o que o torna único, é de fato o elo pulsante de tantas coisas visíveis e invisíveis, passadas, presentes e prevaletentes. O elo de tudo o que constitui você, este elo que o institui, este elo que você é. Um elo vivo e emergente; um elo que resiste, o melhor que pode, apesar da velhice ou da doença. A unidade de um ser complexo, de todo um corpo e de toda uma história. Todas essas coisas que existem juntas e, ano após ano, compõem este singular corpo vivo que você é. Sua maneira de ser, seu estilo que reconheço entre mil – o que Merleau-Ponty chamou de sua “carne”.

III. Ser reconhecido como único

Tendo mencionado o rolamento recebido por aquele que encontra e reconhece o ser único, voltemos agora ao lado daquele que é reconhecido. E do rolamento que assim lhe é dado.

¹ O reconhecimento é o ato mais existencial da inteligência humana, o julgamento, que é fundamentalmente o discernimento de um vínculo. Por sua vez, uma análise de reconhecimento não está isenta de conseqüências para uma compreensão profunda (da vocação) da faculdade de julgar. Um “julgamento” que muitas vezes tendemos a ouvir ou praticar como acusação e exclusão, enquanto que é antes de tudo o reconhecimento, identificação e atestação de um vínculo, em você, entre você e os outros, se não entre você e eu.

a) Aquém da vulnerabilidade

Precisamos ser reconhecidos como únicos, na própria força desta singularidade sempre emergente. Uma força frágil, como já foi dito, mas uma fragilidade a ser distinguida da vulnerabilidade. Ao se abrir à singularidade de um ser, o reconhecimento se abre a uma dimensão ontológica mais fundamental do que sua vulnerabilidade. A singularidade de um ser, como também já foi dito, é como um chamado para prestar atenção, para cuidar dele. Reconhecer já é cuidar do ser reconhecido. E esta deve ser a base de todas as outras formas de cuidado (cf. Saint Aubert, 2021, 2022). Devemos cuidar do ser antes de tratar suas feridas.

Feridos, todos nós somos. Mesmo que alguns não queiram assumir. Outros, ao contrário, só veem isso – nos outros ou em si mesmos, nos outros porque as veem em si mesmos, vendo apenas isso, eles necessariamente a veem mal. Com o risco de distorcer sua percepção da ferida do outro; de projetar a sua própria ferida, de reparar a sua própria ferida. A vulnerabilidade não deve ser reprimida, tampouco deve ser o essencial. Cada pessoa é vulnerável, mas antes de mais nada é única. Eles são, antes de tudo, incomparáveis e, portanto, preciosos. Às vezes nos abrimos à vulnerabilidade dos outros sem nos abrir a essa frágil força ontológica, que é a base de seu valor – ou mesmo não nos abrimos a ela.

O outro é um ser ferido, mas acima de tudo ele é único. Ele não é acolhido antes de tudo em seu mistério porque ele é cuidado (mesmo que também seja assim), menos ainda porque choramos por ele, mas porque o percebemos. Porque percebemos e reconhecemos sua existência, que é inigualável e insubstituível. Esse reconhecimento enraíza a relação na verdade de quem somos. Se eles só veem minha lesão, minha doença, minha deficiência, eles não me veem. Se eles só veem meu sofrimento, a unidade e a profundidade de quem eu sou está parcialmente perdida. Precisamos fundamentalmente perceber, receber e celebrar o mistério inesgotável desta vida única que pulsa dentro de nós, e que somos. Nem que seja para poder encontrá-lo nós mesmos, além de nosso sofrimento, nossa doença ou nossa deficiência, além de tudo o que nos dilacera e nos destrói.

b) A importância

Ser acolhido e reconhecido como único contribui para a fundação de nossa identidade. Precisamos de alguém que dê atenção e peso à nossa existência, ao

nosso ser. Alguém que se preocupa conosco sem nos deter. Alguém que nos preza sem nos possuir. Alguém que nos permite ser, e celebra nossa existência. Esse reconhecimento nos protege (ou nos liberta) de uma forma de vergonha existencial, ou mesmo de culpa sobre o ser. Ela nos permite consentir em ser, e até mais (do que consentir): aderir à existência, em um desejo de continuar sendo, de viver. Precisamos ser reconhecidos aquém de qualquer tese (qualquer representação, qualquer imagem), aquém de qualquer projeto, qualquer desejo determinante (vindo de outros ou de nós mesmos), a fim de poder encontrar um simples desejo de ser, aquém de qualquer desejo disto ou daquilo.

Nós temos valor, peso nos olhos de alguém. Consistência, e até mesmo importância. Um peso que não é esmagador, mas, pelo contrário, alivia, na medida em que este reconhecimento nos protege da representação, das imagens e das perguntas que pesam sobre nós. Quando somos reconhecidos, não estamos mais em questão, não somos mais uma questão. E, ao mesmo tempo, finalmente nos é dada verdadeira importância, uma importância verdadeira. Esse reconhecimento é (deve ser...) uma afirmação não tética que nos permite não ser mais um ponto de interrogação.

c) Aquém de nosso reconhecimento

Embora o reconhecimento contribua para uma boa identidade (uma identidade não identitária), ele não é seu fundamento principal. Além do reconhecimento que temos ou não recebido, é precioso saber que sua existência se baseia, quando é o caso, no encontro livre e na união carnal de dois seres que se amaram livre e fortemente – que se encontraram, se reconheceram... e se conheceram. Que aprenderam a amar um ao outro abrindo-se juntos para o que está além deles, comunicando-se no reconhecimento de seu ser único. Que se mantiveram unidos e se seguraram um no outro, na sustentação de um ser sólido. Que se fizeram carne, que se fizeram surgir mutuamente e se levantaram juntos, que ficaram juntos (um em frente do outro, um no outro) e lado a lado, sustentando-se no ser que os religa. Que assim se reconheceram e celebraram mutuamente, e juntos, na sustentação comum do ser.

Ser sustentado por um amor único que nos precede, que teve sua autonomia, independentemente do amor que mais tarde nos será dado ou não. Quem, em uma surreição comum, já tinha sua própria fecundidade,

independentemente da procriação. E que não estava necessariamente no desejo, muito menos no projeto (consciente e decidido), de nossa vinda, nem mesmo da vinda de uma criança. Ser sustentado por um amor único que nos precede, basicamente não relacionado a nós. Mesmo aquém do desejo de nossa vinda. Mesmo aquém do consentimento, mais tarde, de nossa existência. Estamos longe do reconhecimento, da nomeação... de mim mesmo, mas já estamos totalmente em uma questão de reconhecimento e nomeação do único.

Nossa identidade é fundada aquém de nossa identificação, aquém de nossa essência... e aquém de nossa própria existência. Ela é fundada em outro lugar, aquém de nós mesmos. Isto pode parecer estranho e desnarcisante. Mas isso não é realmente libertador? Não é fundamental para nossa liberdade mais profunda e existencial? Minha existência pode ser baseada em um reconhecimento que me precede e não é um reconhecimento de mim mesmo, em uma celebração do único que não é o eu. Por outro lado, se o primeiro e único ser celebrado por um casal é seu filho, isso não é perigoso tanto para a criança quanto para o casal? Cada criança precisa ser celebrada como única, mas também não precisa ser a única ou mesmo a primeira. Ela precisa que seus pais sejam animados pelo reconhecimento mútuo e comum de seres únicos, mas não como um não-ele, e nem como um a priori compreendido como um eles-mesmos.

Que não haja mal-entendidos: é evidente sustentar que ela foi desejada, esperada e de ser integrada em um projeto familiar. Mas temos o direito de questionar a insistência da reflexão ética sobre o desejo de uma criança, sobre o projeto parental, como sendo decisiva para o peso ontológico a ser dado à criança ao nascer. Eu não escolhi livre e conscientemente existir – esta é a condição de vida. Mas nem meus progenitores escolheram livre e conscientemente o que eu sou, e minha própria existência, como se escolhe um vegetal na banca de mercado ou um carro de luxo em uma concessionária. É a surpresa de ser. Eu sou, como você, como todos nós, um feliz acidente e uma surpresa radical.

Mas esta não é uma condição importante e necessária para que sejamos reconhecidos como únicos? Para que possamos ter um peso que não seja predeterminado, premeditado e, portanto, distorcido. Para que nos seja dada uma importância boa, ajustada e solidária, e não uma importância esmagadora ou sufocante. Uma importância incondicional e incondicionada; um peso real, que é também uma autêntica leveza, o de um possível autossustento; a alavanca de uma

autonomia e de uma liberdade corretamente articuladas com nossas dependências. E não o peso de ser, por exemplo, aquele que se esperava “demais”, a criança que sempre quisemos ter, que existe para realizar uma fantasia parental, para curar ou compensar esta ou aquela ferida daqueles “adultos” que querem viver em nós por procuração, que esperam ou exigem tacitamente que vivamos esta ou aquela vida... para eles, em seu lugar, em seu nome. Em nome deles, não em meu próprio nome.

O reconhecimento, como eu tentei definir, não é evidente, nunca é ganho, é sempre para ser retomado. Assim como há desvios na empatia, o reconhecimento também pode ser distorcido. A visão da singularidade do outro também pode ser embaçada por vários clichês psicológicos. Em particular, em uma forma de fetichismo ou de idolatria em que o outro é fantasiado e absolutizado, ou em um apego que na realidade é dedicado a reparar nossa própria singularidade, para compensar a falta de reconhecimento. Aqui não estamos mais abertos à surpresa do ser, ou pelo menos isso é logo coberto por uma projeção do eu. Um verdadeiro reconhecimento está longe de ser projetivo ou fusional, de reconduzir a alteridade contra o pano de fundo do mesmo: ao contrário, é o que amplia a singularidade de cada ser, seu caráter incomparável, ao mesmo tempo em que fornece o terreno para seu crescimento e o espaço para sua expressão. Um espaço de indeterminação libertadora, que permite que o próprio ser único cresça e se expresse.

O reconhecimento recebido deve ser uma fonte de expansão e liberação. A sustentação, mais amplamente, é uma questão de gravidade... e de leveza. E não vai um sem o outro. Não se voa sem gravidade, sem massa, sem importância, perdido na insuportável leveza do ser. Simetricamente, uma massa sem apoio só pode cair: uma importância sem sustentação (portância) pode ser vertiginosa e destrutiva, tanto para si mesmo quanto para os outros (cf. a solidão e o desespero do ídolo, do ditador etc.). A sustentação é, sem dúvida, declinada de acordo com três qualidades ontológicas principais: a solidez do que nos segura e nos mantém firmes, a indeterminação que nos des-determina e nos espaça, e a força frágil do único. Essas três qualidades estão dinamicamente articuladas na sustentação recebida: precisamos de uma solidez que nos ilumine e nos permita ser únicos. Ser único sem ser predeterminado, ser apoiado e espaçado. É assim que podemos domar a vertigem.

A sustentação dá peso enquanto alivia. Esse alívio passa pela gratuidade e, ousaria acrescentar, através de uma boa contingência – uma não-necessidade, se não um indeterminismo do ser pontuado de felizes coincidências². E tal alívio vai tão longe quanto um alívio de nós mesmos. Precisamos regularmente deixar de se questionar, para deixar de ser uma questão. E, talvez, às vezes precisemos ser... sem importância. Ou, pelo menos, entregar, entregar tudo, até mesmo nos entregarmos. Deixar as falsas batalhas, como um soldado que depõe suas armas; dar a falsa importância, como um rei que depõe sua coroa. O reconhecimento que recebemos deve nos ajudar a fazer isso.

Mas é preciso consentir à entrega, se entregar. A entrega também é uma forma de se desnudar, e pode-se agarrar a roupas velhas, aos benefícios secundários das consistências falsas, apesar de seu peso e vaidade. É preciso ainda consentir em ser reconhecido, conhecido e amado como único. A resistência é diversa, e depende em parte de nossa história ferida. Algumas pessoas sonham secretamente com isso, mas não podem mais acreditar nisso, porque seu passado desmente sua possível verdade. Eles estão tão assustados com o risco de serem abandonados novamente, ou alienados novamente, tomados por outra pessoa, sufocados por um amor de fusão ou pelo menos trancados por um olhar possessivo, demasiado predeterminado e determinante. A resistência também pode vir do fato de que o reconhecimento recebido tem algo envolvente, obrigatório. Preferimos nos diluir na massa, no anonimato, não sermos único, para não ser nomeado... porque ser nomeado já é ser chamado. O chamado. E, portanto, é um convite para ser respondido. O chamado, e seu efeito da gravidade. E o convite para responder, com gravidade.

Assim, tocamos na dificuldade de receber o reconhecimento, de nos permitir sermos conhecidos e amados. Finalmente, tocamos nos laços ocultos entre ser amado, amar a nós mesmos e amar, ou entre ser compreendido, compreender a nós mesmos e compreender. Uma questão vasta, tão profunda quanto parece ingênua... e ainda mais ardente porque ninguém se atreve a enfrentá-la. Precisamos ser amados para amar, sermos compreendidos para compreender. E essas noções

² O horizonte ontológico de uma fenomenologia de rolamento está sem dúvida desfasado da metafísica que associa o ser com a necessidade, com uma substância eterna sem contingências, sem acidentes. E que mais ou menos faz dele um absoluto sem nenhuma relação possível com ele. Uma gravidade sem rolamento, uma transcendência de saliência sem relação com nossa carne. Um ser jupiteriano, *omnipotens* sem ser *omnitenens*, cuja solidez não nos ajuda.

podem ser cruzadas: precisamos ser amados para compreender, sermos compreendidos para amar³. Precisamos ter peso para dar peso – ter sustentação (portância) e importância para dar. Precisamos ser (re)conhecidos para (re)conhecer. Para ser reconhecido como único é necessário ser capaz, por sua vez, de reconhecer o único, e prestar atenção a ele.

³ Isto ilustra plenamente a inadequação das noções de afetivo e cognitivo, e mais ainda de sua dicotomia, que aqui é transcendida. O reconhecimento, como sugeri no início, é transafetivo e transcognitivo. Assim como o amor e a compreensão são adequadamente concebidos.

Referências bibliográficas

- Merleau-Ponty, M. (1969). *La Prose du Monde*. Gallimard.
- Merleau-Ponty, M. (1990). *La Structure du Comportement*. P.U.F. Quadrige.
- Ricœur, P. (2004). *Parcours de la reconnaissance*. Paris: Estoque.
- Saint Aubert (de), E. (2015). La chair ouverte à la portance de l'être . *Alter*, Paris, (23), 168-185. <http://journals.openedition.org/alter/384>
- Saint Aubert (de), E. (2016). Introduction à la notion de portance. *Archives de philosophie*, Paris, 79(2), 317-343. <http://www.cairn.info/revue-archives-de-philosophie-2016-2-page-317.htm>
- Saint Aubert (de), E. (2017a). "Introdução à noção de sustentação", trans. Rafael Basso; Lucas Bloc. *Aoristo - International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Met-aphysics*, 2(1), 346-378. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/aoristo/article/view/18223>
- Saint Aubert (de), E. (2017b). S'abandonner et surgir. Réflexion sur les relations entre corps et portance. In: B. Andrieu, P. Nóbrega, *Au travers du vivant. Dans l'esthésiologie, l'émersiologie* (pp. 163-186). L'Harmattan,
- Saint Aubert (de), E. (2021). The Perceptual Foundation of Care. In: J. Melançon, *Transforming Politics with Merleau-Ponty: Thinking beyond the State* (185-201). Lanham - Boulder - Nova Iorque - Londres: Rowman & Littlefield.
- Saint Aubert (de), E. (2022). Réflexions en vue d'une articulation entre portance et care . In: C. Leroy, C. Palermo, *Pesanteur et portance. Une éthique de la gravité*. Hermann.